

Pacote ainda confunde técnicos

Economia - Brasil

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Enviado especial

VITÓRIA — O governo precisa explicar melhor o pacote econômico votado às pressas pelo Congresso, notadamente no que diz respeito às modificações no Imposto de Renda, segundo a opinião da maioria dos economistas reunidos no XIII Encontro Nacional de Economia, encerrado este fim de semana em Vitória. Este pacote vai penalizar a classe média e as empresas de porte — que podem repassar o aumento dos tributos para os preços — com efeito inflacionário. A única finalidade do pacote foi evitar um maior descontrole financeiro nas contas estatais, onde se concentra o "nó górdio da economia" e o grande problema para Sarney em 1986, segundo a opinião da maioria dos 400 economistas presentes na mesaredonda final.

Mário Henrique Simonsen, depois de cotejar suas tabelas com as de Luiz Gonzaga Belluzzo, chegou à conclusão que a afirmação de Funaro de que a nova tabela iria reduzir o Imposto de Renda para os contribuintes até 30 salários mínimos precisa ser melhor explicada. Para ele, até prova em contrário, é apenas uma meia verdade a afirmação do ministro da Fazenda, porque o contribuinte teria de obter um rendimento de 28% de juros reais, além da correção monetária, do dinheiro economizado com o menor desconto na fonte.

Segundo Simonsen, para se saber quem perde e quem ganha com o novo sistema, tudo vai depender da estimativa da inflação deste mês. Se for 10%, o índice será levemente favorável ao contribuinte com renda líquida até Cr\$ 15 milhões. Se for de 12%, o índice inflacionário será desfavorável. De qualquer forma, essa variação será mínima entre as faixas de Cr\$ 15 até 45 milhões de renda líquida, podendo-se afirmar que permanecerá no mesmo nível; mas afirmar que haverá redução significativa é um exagero para o ex-ministro do Planejamento. Depois dessa faixa, conluiu Simonsen que a mordida do "leão" será severa, indo de 34 até 50% o aumento real.

A matemática financeira do professor da Universidade de Brasília, Dercio Garcia Munhoz, também não bate com a de Dílson Funaro, prevendo que a

nova tabela traga aumento para as faixas acima de cinco salários mínimos de 2 até 10% e, para faixas acima de 20 salários mínimos, entre 10 e 50%. Mostra Garcia Munhoz que o governo pretende abocanhar mais Cr\$ 60 trilhões em Imposto de Renda das 380 maiores empresas nacionais que têm poder de repassar esse ônus para os preços.

Dercio Munhoz afirma que todo esse desconforto que o governo obriga a sociedade a passar com aumentos de impostos no pacote é para empurrar com a barriga o grave problema da dívida interna pública, que já chegou a Cr\$ 456,5 trilhões e representa 32% do Produto Nacional Brasileiro.

Como gerir essa dívida que cresce ao ritmo de 60% ao ano e que requer Cr\$ 1 trilhão por dia apenas para a sua rolagem é a chave da questão. Para o economista Carlos Von Doellinger (Ipea), o governo continua aumentando imposto, monetariza a dívida com brutal emissão de papel-moeda ou parte para o confisco, com desindexação parcial dos títulos e perdas patrimoniais para seus detentores.

A proposta de Dercio Garcia Munhoz é a de que o governo adote uma estratégia para administração autônoma da dívida, num processo de contínua redução real, viabilizada pela remuneração inferior às taxas de inflação, rompendo o elo de ligação entre os encargos da dívida pública e o orçamento fiscal, que obrigou o governo a incluir no orçamento Cr\$ 120 trilhões para tal fim.

A seu ver, esse processo seria o mais indolor possível, porque administraria perdas por um longo prazo de liquidação paulatina da dívida, que iria "murchando". Entende Garcia Munhoz que a tentativa de resolver o problema, através do corte de despesas e aumento de tributos, pode levar a um nível maior de desorganização do setor público. Por outro lado, a remuneração menor dos papéis públicos oferece a oportunidade única de redução dos absurdos custos financeiros.

Com o declínio da inflação, os assalariados poderiam abrir mão da trimestralidade e de outras reivindicações suscetíveis de provocar a reaceleração inflacionária, dando tempo para o reordenamento das finanças públicas, segundo o professor Décio Garcia Munhoz. Paulo Guedes, professor da PUC-

1986 03/10/86 SÃO PAULO

Rio e banqueiro, acha que o governo pode caminhar para algo parecido com o proposto por Garcia Munhoz, deixando o problema "estourar" no mercado financeiro.

Como o governo já adotou o Índice Único (IPCA) na economia, justamente num mês em que houve perda de quatro pontos percentuais para os detentores de títulos governamentais e assalariados (FGTS), poderia, na opinião de Paulo Guedes, adotar agora o IQQ — Índice Que eu Quero —, no giro da sua dívida. De qualquer forma, caso o governo não encontre alternativas para essa rolagem, a solução final virá com a adoção de alguma variante do Plano Austral argentino.

Para o professor argentino Juan Carlos Llera, algo como o Plano Austral só sobrevém quando o governo não consegue mais subtrair recursos do setor privado e do assalariado via aumento de impostos e tarifas. Nesse caso, adota-se um plano de estabilização de preços que toda a sociedade pode aceitar de bom grado, mas, na hora de sua implementação, todos perdem renda, de forma substancial — empresas e empregados. Na Argentina, segundo Llera, a perda foi de 50% da massa de salários. E o pior desse sacrifício é que ele terá de ser periódico, ou seja, de cinco em cinco anos a inflação retoma seu vigor porque os desequilíbrios nas contas nacionais, tanto na Argentina quanto no Brasil, são causados pela imensa dívida externa dos dois países, segundo Juan Carlos Llera.